



Prioridade Educação: evolução recente da rede pública e dos gastos do município no setor

Nº 20040602
Junho - 2004

Paulo Bastos Cezar - IPP/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro



EXPEDIENTE

A Coleção Estudos Cariocas é uma publicação virtual de estudos e pesquisas sobre o Município do Rio de Janeiro, abrigada no portal de informações do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos da Secretaria Municipal de urbanismo da Prefeitura do Rio de Janeiro (IPP) : www.armazemdedados.rio.rj.gov.br.

Seu objetivo é divulgar a produção de técnicos da Prefeitura sobre temas relacionados à cidade do Rio de Janeiro e à sua população. Está também aberta a colaboradores externos, desde que seus textos sejam aprovados pelo Conselho Editorial.

Periodicidade:

A publicação não tem uma periodicidade determinada, pois depende da produção de textos por parte dos técnicos do IPP, de outros órgãos e de colaboradores.

Submissão dos artigos:

Os artigos são submetidos ao Conselho Editorial, formado por profissionais do Município do Rio de Janeiro, que analisará a pertinência de sua publicação.

Conselho Editorial:

Ana Paula Mendes de Miranda, Fabrício Leal de Oliveira, Fernando Cavallieri e Paula Serrano.

Coordenação Técnica:

Cristina Siqueira e Renato Fialho Jr.

Apoio:

Iamar Coutinho

CARIOCA – Da, ou pertencente ou relativo à cidade do Rio de Janeiro; do tupi, “casa do branco”. (Novo Dicionário Eletrônico Aurélio, versão 5.0)

PRIORIDADE EDUCAÇÃO: EVOLUÇÃO RECENTE DA REDE PÚBLICA E DOS GASTOS DO MUNICÍPIO NO SETOR

Paulo Bastos Cezar¹ - IPP/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Trinta e cinco anos depois que Pelé aproveitou a ocasião de seu milésimo gol para dizer que deveríamos pensar mais nas crianças, poucos discordam de que a educação básica deve ser a prioridade dos governantes. Trata-se de uma verdadeira unanimidade nos discursos políticos durante as campanhas eleitorais. Mas, como sabemos, vai uma longa distância entre o discurso político e a ação efetiva. Cabe então a pergunta: nessa nossa cidade do Rio de Janeiro, quem de fato dá prioridade à educação básica pública e gratuita?

A Constituição prevê uma responsabilidade compartilhada dos três níveis de governo na área de educação. No caso da cidade do Rio de Janeiro, a Prefeitura é responsável direta pela educação infantil (creche e pré-escola) e pela quase totalidade do ensino fundamental (escolas de 1º grau, antigos cursos primário e ginásial), administrando uma extensa rede com 1.242 escolas e creches. Ao Estado cabe a responsabilidade principal pelo ensino médio (2º grau) e pela educação de jovens e adultos (antigo supletivo), sendo que há algumas turmas de ensino fundamental em escolas estaduais, especialmente nas escolas de formação de professores e nos colégios de aplicação. A União mantém entre nós algumas escolas de ensino básico, como o Colégio Pedro II e o Colégio de Aplicação, e uma importante rede de escolas técnicas de ensino médio.

Para avaliar o desempenho de cada esfera de governo no esforço educacional em nossa cidade, começaremos pelo resultado quantitativo: o Quadro I resume o número de matrículas nas redes de escolas públicas (municipal, estadual e federal) em cada um dos segmentos pedagógicos do ensino básico.

¹ Economista, Subsecretário Municipal de Turismo e membro do Conselho Estratégico de Informações da Cidade.

QUADRO I - EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Número de alunos matriculados em escolas, públicas segundo a dependência administrativa
Resultados definitivos, 2000 a 2003

Dependência Administrativa	Ano	Creche (1)	Pré-Escola e Ensino Fundamental (2)	Ensino Médio (3)	Educação Especial	Educação de Jovens e Adultos (4)	Total de alunos matriculados	2000= 100
Estadual	2000	nd	44.261	195.609	416	72.899	313.185	100
	2001	274	41.575	218.585	418	53.058	313.910	100
	2002	270	36.825	233.225	456	55.089	325.865	104
	2003	231	36.148	232.390	460	49.986	319.215	102
Federal	2000	nd	11.420	11.222	795	7.251	30.688	100
	2001	133	11.240	9.769	778	3.252	25.172	82
	2002	113	11.101	9.186	507	1.806	22.713	74
	2003	123	10.367	8.679	708	362	20.239	66
Municipal	2000	nd	679.699	0	3.575	11.661	694.935	100
	2001	19.536	678.395	0	4.034	15.568	717.533	103
	2002	19.686	679.407	0	4.489	23.062	726.644	105
	2003	19.775	683.989	0	5.159	26.349	735.272	106
Total	2000	nd	735.380	206.831	4.786	91.811	1.038.808	100
	2001	19.943	731.210	228.354	5.230	71.878	1.056.615	102
	2002	20.069	727.333	242.411	5.452	79.957	1.075.222	104
	2003	20.129	730.504	241.069	6.327	76.697	1.074.726	103

Fonte: INEP/MEC - Censos Escolares

(1) Não inclui creches comunitárias mantidas por transferências do Município

(2) Inclui matrículas em classes de alfabetização

(3) Não inclui matrículas em escolas privadas de ensino médio custeadas pelo Município

(4) Inclui apenas cursos presenciais

Os números indicam que, enquanto a oferta de matrículas nas redes estadual e municipal cresceu no último quadriênio, as escolas federais cancelaram uma em cada três vagas que ofereciam em 2000. Foram dez mil crianças e adolescentes a menos em escolas públicas federais nesse período. Ainda que o peso das escolas federais em nossa cidade seja reduzido (1,9% em 2003) é melancólico constatar a progressiva desativação dessa rede tradicional e de qualidade.

A rede estadual de ensino público, que expandiu suas matrículas entre 2000 e 2002, também se retraiu em 2003, quando cancelou 6.650 vagas. Uma análise mais detalhada revela que, ao longo desses quatro anos, caiu bastante a oferta de matrículas em creches e turmas de pré-escola e ensino fundamental. Além disso, desapareceram quase 23 mil vagas nas turmas dedicadas à educação de jovens e adultos nas escolas estaduais, o que representa menos oportunidades para aqueles

que acumularam atraso escolar ou que deixaram a escola e tentam retornar na idade adulta.

Apenas a rede municipal de ensino continuou se expandindo em todo o período. O maior crescimento proporcional ocorreu nas turmas de educação de jovens e adultos, onde as matrículas cresceram 32% ao ano, em média, nos últimos três anos. Pode-se dizer que, nos antigos cursos supletivos, o município vem progressivamente assumindo funções que tradicionalmente cabiam ao Estado. Outro segmento em rápida expansão na rede municipal é a educação infantil: cresceu em 27,8% nesses quatro anos o número de crianças de 4 e 5 anos atendidas na pré-escola - o que melhora imensamente sua perspectiva de aproveitamento nas séries subseqüentes.

A rede municipal de ensino vem absorvendo em média 10 mil novas matrículas por ano nos últimos três anos. Infelizmente, com a retração da oferta na rede estadual e principalmente na rede federal, a escola pública gratuita de ensino básico em nossa cidade ficou estagnada no ano de 2003: somando todas as redes, foram 1 milhão e 74 mil matrículas, quase 500 a menos que no ano anterior. Se podemos nos consolar com a multiplicação de tele-salas e de cursos chamados de “semi-presenciais”, verificada nos últimos anos, é uma pergunta que cabe aos educadores responder.

Orçamento municipal na educação

Os números do Quadro II, abaixo, foram obtidos a partir dos demonstrativos contábeis do município e refletem todas as despesas realizadas nos últimos anos com a manutenção e desenvolvimento do ensino, incluindo os gastos de pessoal e custeio e também os investimentos em equipamentos, reforma e construção de prédios escolares. Os dados revelam que houve uma expansão do gasto com educação, em termos reais (gastos correntes corrigidos pelo IPCA-E, índice utilizado para corrigir os impostos e a maioria das despesas do município) ao longo do período. Para cada 100 reais despendidos em 2000 naquela função, foram aplicados 126 reais em 2003.

**QUADRO II - EVOLUÇÃO DOS GASTOS DO MUNICÍPIO COM
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**

Em R\$ 1.000

Despesa	2000	2001	2002	2003
Em valores correntes	968.031	1.089.175	1.381.832	1.581.789
Corrigida para 2004 pelo IPCA-E	1.318.536	1.389.443	1.606.514	1.657.938
Despesa corrigida de 2000 = 100	100	105	122	126

Fonte: Controladoria Geral do Município, Prestações de Contas.

A Constituição brasileira estabelece, como se sabe, um patamar de gastos mínimos em educação por parte dos entes públicos: estados, municípios e a união federal devem aplicar na manutenção e desenvolvimento do ensino pelo menos 25% de suas receitas com impostos e transferências. A capacidade de atingir e superar esses patamares mínimos é uma boa medida da prioridade concedida pelos governos ao esforço com educação.

O Quadro III permite avaliar o comportamento do município do Rio de Janeiro em relação a essa exigência legal. Ele revela que a Prefeitura aplica em educação mais de um terço das receitas de impostos e transferências, o que significa pelo menos 50% a mais do que o coeficiente legal exigido, e que essa participação cresceu ao longo de todo o período examinado.

**QUADRO III - GASTOS CORRENTES DO MUNICÍPIO COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO
DO ENSINO COMO PERCENTUAL DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS**

Em R\$ 1.000

	2000	2001	2002	2003
Despesas anuais com manutenção e desenvolvimento do ensino público	968.031	1.089.175	1.381.832	1.581.789
Receita anual com impostos e transferências constitucionais	3.099.684	3.408.999	3.842.692	4.123.538
Despesas com MDE sobre receitas	31,23%	31,95%	35,96%	38,36%

Fonte: Controladoria Geral do Município, Prestações de Contas.

No caso da cidade do Rio de Janeiro, portanto, os números indicam que a Prefeitura tem colaborado decididamente para expandir a rede pública de ensino básico: desde 2001 o município admitiu 10.792 novos professores e 2.300 merendeiras. Isso tem ocorrido mesmo na faixa de ensino médio, que a princípio não é

de responsabilidade do município. Para alunos que completam a 8ª série do ensino fundamental e não conseguem vagas em escolas públicas de ensino médio, a Prefeitura têm oferecido vagas gratuitas em escolas particulares, oferecendo compensação tributária de ISS para essas escolas. No segundo ano do programa 796 alunos foram matriculados, número que tende a crescer rapidamente em função da adesão de novas escolas. Em 2004 uma nova unidade do Colégio Pedro II na zona oeste, custeada pela Prefeitura, está oferecendo 196 vagas.

Mas o grande desafio estratégico é a expansão da educação infantil, pois está provado que as crianças que entram na escola aos 4 ou 5 anos terão melhores chances em seu desempenho futuro na escola e na vida adulta. Recentemente, o Banco Mundial aprovou um grande programa de educação infantil para aplicar US\$ 100 milhões em cinco anos (com contrapartida de 40% da Prefeitura). O início dos investimentos, que se concentrarão principalmente em capacitação e treinamento de profissionais, depende no momento de autorização das autoridades federais.

Com todos os avanços dos últimos anos, a educação básica continua sendo um grande desafio para a sociedade brasileira, inclusive no Rio de Janeiro, e análise quantitativa é apenas o início da questão. O maior gargalo parece estar nas séries de ensino médio e no ensino de jovens e adultos, onde são de uma frequência melancólica as notícias sobre escolas sem professores, desprovidas das condições mínimas de funcionamento. A sociedade tem todos os motivos para se indignar com isso, e para cobrar dos governantes não apenas a *vontade política*, mas os meios efetivos de superar deficiências.

Desde que Pedro Ernesto implantou, na década de 1930, as bases de uma grande rede pública de ensino, os governantes do Rio – uns mais, outros menos – têm acreditado nessa prioridade. É por isso que hoje a Prefeitura do Rio é a única, em todo o Brasil, a assumir integralmente as responsabilidades pelo ensino fundamental, aplicando na educação pelo menos um terço de seus recursos correntes. A escolarização obrigatória, por lei, começa aos sete anos, mas no Rio há escolas públicas disponíveis para um número cada vez maior de crianças de 4, 5 e 6 anos. Esse é o caminho.